

Sarney apela para aprovar 42 emendas

Governo está otimista com a possibilidade de alterar pelo menos cinco pontos polêmicos

BRASÍLIA — O presidente José Sarney destacou ontem, na reunião do Conselho Político, que considera "essencial para a governabilidade do País" a aprovação das 42 emendas supressivas elaboradas pelo governo para o segundo turno de votações da Constituinte. No encontro, realizado no Palácio da Alvorada, Sarney mostrou-se otimista com as negociações para alterar pelo menos cinco artigos dos chamados "pontos estratégicos" do texto da futura Carta, conforme relatou o líder do PFL na Câmara, José Lourenço:

Direito de voto aos 16 anos — Os partidos de maior expressão no Congresso já teriam concluído que a proposta não é viável devido às circunstâncias da próxima eleição, que obrigariam uma revisão completa do cadastro nacional de eleitores.

Estatização da comercialização do sangue — De acordo com Lourenço, já existe consenso de que cabe ao governo apenas fiscalizar, podendo empresas da iniciativa privada executar serviços nesse setor.

Definição de empresa brasileira — A idéia, conforme o deputado José Lourenço, é trocar o termo "empresa brasileira de capital nacional" por "empresa brasileira", para evitar que empresas estrangeiras não se possam instalar no País.

Tabelamento dos juros — Os entendimentos visam suprimir o artigo que tabelava os juros em 12%, remetendo o assunto para a legislação ordinária. Otimista, Lourenço garantiu que essa matéria "já foi superada".

PROBLEMAS

O governo, no entanto, encontra dificuldades para um entendimento, principalmente com a ala esquerdista do PMDB e o PSDB, com relação à jornada de seis horas de trabalho e à nacionalização completa da exploração de minerais no Brasil. No primeiro caso, o Planalto insiste em que a medida vai afetar principalmente o setor siderúrgico, que necessitaria aumentar mais uma jornada para manter o atual ritmo de produção. Com concorrentes fortes, como Japão e Coreia do Sul, o Brasil, segundo Lourenço, correria o risco de sair do mercado internacional devido ao alto preço da produção. A nacionalização das minerado-



André Dusek/AE

Lourenço: embarcando na tese da "governabilidade"

ras, por sua vez, ainda na avaliação do deputado, faria com que empresas estrangeiras deixassem o País, provocando prejuízos de mais de US\$ 500 milhões por ano.

José Lourenço disse ainda que vai procurar o líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim (RS), para limitar a anistia das dívidas apenas às microempresas, e, quando se tratar do setor rural, aos mini e pequenos produtores. O conselho político do presidente concluiu que não será possível concentrar a votação dos temas polêmicos num determinado período, devendo ser obedecido o cronograma normal do segundo turno das votações.

CONQUISTAS MANTIDAS

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o relator-geral, Bernardo Cabral, e os relatores adjuntos concluíram ontem o trabalho de avaliação técnica das 1.844 emendas apresentadas para o segundo turno, eliminando cerca de 70, que contrariavam o regimento. Cabral afirmou que já iniciou o estudo das demais para ela-

boração de seu parecer e anunciou que vai rejeitar todas as emendas que retirem do texto as conquistas trabalhistas obtidas por meio de acordo de lideranças.

O relator destacou que deu parecer favorável à emenda do deputado Paulo Macarini (PMDB-RS), que altera o artigo que fixou a taxa de juros anuais em 12%, remetendo o índice para as Disposições Transitórias. Embora o regimento proíba emendas que modifiquem os artigos já aprovados, Cabral garantiu que a proposta "é regimental", embora tenha evitado comentar a questão mais detalhadamente.

Outra emenda que recebeu parecer favorável é a que retira a palavra "máxima" no inciso XIV do artigo 7º, pelo qual é direito do trabalhador "a jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva". Cabral acatou ainda a sugestão que, embora garanta o princípio da licença-paternidade, elimina do texto constitucional o número de dias a que o homem teria direito.

ANC 88
Pasta 11
Julho/88
078